

SAÚDE

Governo põe fim à emergência por covid

Decisão anunciada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em pronunciamento, altera regras para vacinas e medicamentos

► VICTOR CORREIA

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, anunciou, em pronunciamento, na noite de ontem, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) da covid-19, decretada em fevereiro de 2020 pelo governo federal. O médico ressaltou, no entanto, que a medida não significa o fim da pandemia. A Espin permite que o governo utilize vacinas de forma emergencial e realize compras sem licitações, entre outras medidas voltadas para agilizar o combate à pandemia. A revogação deve ser oficializada nos próximos dias por meio de ato normativo.

O anúncio ocorreu no mesmo dia em que o Brasil registrou o menor número de mortes em 24 horas desde o início da pandemia, 22 óbitos. Os dados foram registrados pelas secretarias de Saúde dos estados e compilados pelo ministério. Ao todo, o país soma 661.960 perdas pela doença. O número de casos, por sua vez, atingiu 2.541 no mesmo período, totalizando 5.337.459.

O baixo número de infecções foi citado por Queiroga como um dos motivos que permitem a revogação do estado de emergência. Os dados divulgados pela pasta ontem, porém, não incluem os registros de Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e Tocantins.

"Graças à melhora do cenário epidemiológico, à ampla cobertura vacinal da população e à capacidade de assistência do SUS (Sistema Único de Saúde), temos, hoje, condições de anunciar o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, a Espin", afirmou o ministro. "Nos próximos dias, será editado um ato normativo disciplinando essa decisão."

No pronunciamento, Queiroga aproveitou para exaltar as ações do governo federal de combate à pandemia, criticadas ao longo dos últimos dois anos por especialistas em saúde. "Expresso nossa solidariedade aos familiares das vítimas e àqueles que ainda sofrem em decorrência das sequelas dessa doença. Sentimos todas as perdas", disse o chefe da pasta da Saúde. Ele também agradeceu os médicos e profissionais de saúde que atuaram na linha de frente.

ED ALVES/CB/D.A.Pres



Graças à melhora do cenário epidemiológico, à ampla cobertura vacinal da população e à capacidade de assistência do SUS, temos, hoje, condições de anunciar o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, a Espin. Nos próximos dias, será editado um ato normativo disciplinando essa decisão"

Marcelo Queiroga,
ministro da Saúde

O que muda sem a portaria

Pelo menos 168 normas federais dependem da vigência do estado emergencial, como:

- » Autorizações emergenciais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a medicamentos e vacinas;
- » Medidas trabalhistas;
- » Compras com dispensa de licitação;
- » Teleconsultas;
- » Facilitações para a importação de insumos médicos;
- » Normas estaduais e municipais.

normas federais dependem da vigência da Espin. Ao longo da pandemia, diversos decretos e leis foram atrelados ao estado excepcional e regem desde o trabalho até o funcionamento dos serviços públicos. (veja quadro)

Além das normas federais, estados e municípios também serão afetados com a mudança anunciada ontem. No dia 30 de março, Queiroga afirmou, durante evento em Brasília, que não pretendia decretar "o fim da pandemia" enquanto três fatores não

fossem analisados: o cenário epidemiológico, a estrutura do sistema hospitalar (principalmente a ocupação das UTIs) e medicamentos com ação eficaz nas fases iniciais da covid-19.

À época, o ministro da Saúde alertou que a suspensão do estado de emergência sanitária teria grande impacto. "Eu tenho a certeza, mas tenho que usar de forma apropriada. O presidente pediu prudência. Estamos procurando harmonizar as medidas que já estão sendo tomadas por estados

e municípios. Não pode ser interrompida nenhuma política pública que seja importante e fundamental ao combate da covid-19", assegurou.

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) pediu ao governo federal a criação de um plano estratégico para a revogação da emergência, que seria aplicado durante 90 dias. A medida visa diminuir o impacto da revogação.

Sob pressão

A mudança de status de pandemia para endemia é defendida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) há semanas. Em viagem à Bahia em 16 de março, o chefe do Executivo afirmou que a mudança ocorreria ainda naquele mês.

A classificação, porém, só pode ser alterada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que ainda não vê motivos suficientes para a mudança (leia ao lado). Durante reunião do Comitê de Emergências da entidade, os membros decidiram manter a doença como pandemia mundial e Emergência de Saúde Pública, pelo menos durante os próximos três meses, até a próxima reunião do conselho.

» OMS: não é hora de baixar guarda

A Organização Mundial de Saúde (OMS) contestou a avaliação de que a pandemia da covid-19 possa passar a ser considerada uma "endemia". Questionado sobre o tema, o diretor executivo da OMS, Mike Ryan, disse que "de maneira nenhuma" essa classificação pode ser feita, no quadro atual da emergência de saúde.

"Mudar de pandemia para endemia é apenas alterar o rótulo, nós precisamos de um controle sustentado do vírus", enfatizou, recentemente. Ryan também se posicionou contra a avaliação de que uma endemia poderia causar poucos problemas, lembrando que há doenças endêmicas que provocam muitas mortes todos os anos pelo mundo. Ele disse que os países com maior cobertura vacinal tem superado as ondas do vírus relativamente bem, mas notou que naqueles com baixa cobertura de vacinas o quadro é ainda muito grave.



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Brasil Pagina: 5